

CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

Família cristã, instituição divina. Deus constitui as famílias de seu povo sob os princípios da fidelidade, da igualdade e do amor. A história da família começa no namoro; concebe-se no noivado; nasce no ato conjugal, perpetua no casamento; tudo conforme os planos do Pai celeste. Ele faz germinar o amor nos corações enamorados. O amor germinado converte-se em paixão recíproca. A paixão recíproca transforma-se em atração mútua incontrolável e irresistível. A irresistibilidade do atração bilateral leva os apaixonados, servos de Cristo, ao casamento, jamais à prostituição. Casados, o romantismo da “Lua de Mel”, exacerbação do amor sensual, vai cedendo lugar lentamente ao amor real, maduro; aquele de que nos fala Paulo: *“O amor é paciente, é benigno; o amor ao arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, não se exaspera, não se recente do mal, não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais acaba(I Co 13. 4 a 8ª)*. O amor do noivado e dos primeiros dias de casamento é como flor desabrochada: linda e perfumada, mas transitória. O amor conjugal amadurecido, compará-lo-emos ao fruto que emana da flor: sem exuberantes atrativos, mas necessariamente útil como realidade concreta e matriz dos descendentes.

O amor, de procedência divina, que une em casamento dois servos de Cristo, é imorredouro e indestrutível, *“ jamais acaba”*. Ele é atração pessoal, comunhão de sentimentos, interação de ideais, identificação espiritual. Não se baseia no circunstancial e temporário prazer sexual, mas no gozo do companheirismo e na felicidade da comunhão interativa. Os casamentos realizados no Senhor e por ele são indissolúveis: *“Portanto, o que Deus ajuntou não separe o homem” (Mc 9.9)*. A indissolubilidade da união conjugal é um pressuposto das Escrituras para os filhos da promessa. A convolação de núpcias entre um servo e uma serva de Deus, além de um voto a ser cumprido, é a integração de dois corpos, habitações do Espírito, em uma só carne. Tal unidade estabelecida pelo Criador é de caráter permanente, pois os atos do Deus imutável são imutáveis: o homem não os modifica, não os corrompe, não os anula.

O casal, um homem unido, matrimonialmente, a uma mulher, é a imagem de Deus (Gn 5. 2). O par humano, portanto, é uma unidade biunitária, embora constituído de pessoas distintas e diferentes, mas harmônicas, consensuais e consubstanciais. Essencialmente, marido e mulher são iguais, mas com papéis diferenciados, normalmente impermutáveis: paternidade e maternidade. A biunidade conjugal, imagem de Deus (Imago Dei), não pode ser constituída de cônjuges antagônicos, ética e espiritualmente contraditórios. Não se imagina, por exemplo, um servo de Deus, eleito e regenerado, unido a uma irregenerada, formando com ela uma só carne. Tal casamento não pode ser a figura da união de Cristo com a sua imaculada Igreja. Poderão dizer: há jugos desiguais, que posteriormente se igualam com a conversão do parceiro ou parceira. São exceções; e fundamentar atitudes em exceções é arriscadíssimo. Por outro lado, pode acontecer, por hipótese, que o não convertido seja um eleito a ser posteriormente chamado, e o casamento seria o meio de chamamento utilizado por Deus. O mais prudente, contudo, é evitar casamento misto. Alegar-nos-ão, citando exemplos, que casamentos de membros com membros da mesma Igreja fracassaram. Saibam, porém, que a Igreja militante visível contém trigo e joio. E o joio implícito é pior que o explícito. A união, embora estabelecida entre crentes visíveis, pode, eventualmente, ser entre *trigo e joio*, danosa para o parceiro ou parceira realmente regenerado. Como evitá-la? Entregue nas mãos de Deus o seu

Família

casamento. Confie nele, não nas suas conclusões pessoais, nas suas emoções e, especialmente, nas suas paixões, por si mesmas irracionais. Se você acredita que o casamento é uma instituição divina, deixe que o Senhor o realize. Não se esqueça jamais de que Deus ajunta em matrimônio os seus filhos; e os que ele ajunta, o homem não separa. Duro, duríssimo, é manter a doutrina da indissolubilidade matrimonial num jugo desigual; e muitos crentes enfrentam tais e insuperáveis desafios.

O noivado é o tempo da escolha. O casamento é o tempo de se saber se a escolha foi de Deus ou não. Se Deus escolheu, a cruz é compartilhada. Jugo igual: carga mais leve. Se não escolheu, o crente tem de carregar, sozinho, a própria cruz, o que lhe será pesadíssima. É o ônus da insubmissão, geralmente causada por fraqueza de fé.

Deus proteja e guie os candidatos a casamento; abençoe e guarde os casados.

RELAÇÕES INTERFAMILIARES.

As relações familiares entre marido e mulher e entre pais e filhos são normalmente complexas, e podem tornar-se difíceis, por causa de fatores internos e externos. Eis os mais evidentes:

Fatores Internos: a- Individualidade. Cada pessoa é única e reage segundo a sua personalidade, seu caráter, sua herança genética, seu psiquismo e suas preferências pessoais. Numa família, cada filho é diferente do outro, e age conforme o seu “ego” individual. Há de se respeitar a individualidade de cada um dentro da família e fora dela. As pessoas não são uniformes; não podem ser tratadas a partir de um modelo padronizante.

b- Direito. O ser humano possui, por natureza e por convenção, direitos inalienáveis de locomoção, pensamento, expressão e opinião. E, dentro lar, todos os filhos têm os mesmos direitos ao afeto, à proteção, aos cuidados paternos e maternos, à educação e à partilha de responsabilidades e de bens. Nenhum filho pode ser privilegiado em detrimento do outro.

c- Sexo. A família constitui-se essencialmente de masculino e feminino. A maneira de ser, de sentir, de perceber e de apropriar-se das informações e formações existenciais, internas e externas, é diferenciada em cada sexo. A libido do homem aflora por estímulos diferentes do da mulher. Se o casal não compreende isso, a “hora dos prazeres” transforma-se em fonte de frustrações e conflitos internos. O prazer sexual tem de ser compartilhado. As meninas, em virtude da feminilidade, são diferentes dos meninos e, como tais, devem ser tratadas, para que sejam mulheres de fato, isto é, femininas.

d- Idade. Os pais, os filhos adultos, os adolescentes e as crianças, num mundo de rápida evolução social e transformação cultural como o nosso, já pertencem, respectivamente, a gerações diferenciadas, com discursos diferentes, visão e cosmovisão diversas. É comum o filho dizer aos pais: “isso já era”. Em termos informativos, o filho(ou a filha) pela escola, pela televisão, pelo computador, especialmente pela “Internet”, é mais informado que seus pais. Todos esses fatores são intrínsecos, inerentes aos seres humanos e, portanto, fazem parte do corpo familiar. Qualquer norma educativa, disciplinar e normativa que não leve em consideração as diferenças individuais, os direitos de cada um, o sexo e a idade, gera mais conflitos que soluções. Nenhum código doméstico pode dispensar o diálogo, a compreensão, a concessão, o respeito às individualidades, o perdão, o amor sincero, a comunhão fraterna. Também o mútuo conhecimento do casal sobre a sexualidade individual é necessário para que um não seja simples objeto de prazer do outro. Sexo deve ser satisfação compartilhada.

Fatores Externos.

a- Educação. Todos sabemos que a educação tem duplo aspecto: formativa e informativa. Nossos ancestrais receberam sólida formação e fraca informação. Nós recebemos restrita formação e ampla informação. Somos, pois, mais informados que educados. Estamos sendo, pela educação sistematicamente tecnológica, transformados em autômatos; a tecnologia domina nossas mentes e anula nossos corações. Aprendemos a lidar com as máquinas e desaprendemos a conviver com seres humanos. A cibernética desumanizada mata a ética.

b- Destinação. As gerações anteriores à década de sessenta tinham uma destinação definida: O filho era orientado para ser esposo, chefe do lar, protetor da esposa, provedor da casa, exatamente nos moldes de seu pai. A filha era preparada para ser esposa, submissa ao marido, em tudo dependente dele. A psique de cada um se preparava, estruturava-se e se destinava à domesticidade da vida conjugal. Hoje, nossos filhos e filhas são preparados e destinados à profissionalização. Entram, pois, na vida conjugal sem preparação, sabendo muito sobre sexo e pouco sobre relações conjugais, sobre o verdadeiro papel de cada um na economia doméstica, sobre a natural e existencial criação de filhos.

c- Bipolaridade. Num lar bipolarizado, formado de dois profissionais com diferentes habilitações técnicas e rendas diferenciadas, difícil se torna definir a chefia da casa que, não raro, transforma-se em “sociedade anônima”. Há casos em que a mulher, em virtude do melhor salário e do tipo de especialização, torna-se “comandante” e “provedora” da família. E a família converte-se ou num corpo de duas cabeças ou numa sociedade anônima. Os conceitos bíblicos de: “marido, cabeça da mulher”, “chefe do lar”, “patriarca do clã”, desaparecem. Rigorosamente, não se deve falar mais em “casamento”, mas em “contrato de parceria”, onde os direitos unilaterais são mais acentuados que os bilaterais.

d-Situação econômica. Nossos pais viveram modestamente; satisfaziam-se com pouco: casa, móveis simples, fogão a lenha, “ferro-a-brasa”. Não havia eletrodomésticos nem aparelhos eletrônicos. Nenhum lar moderno dispensa o conforto eletro-eletrônico. Além do mais, temos hoje a responsabilidade de dar aos nossos filhos educação profissionalizante, idealmente a superior. O orçamento doméstico tem de ser elevado, mas o índice de desemprego é grande; o mercado informal, saturado; as profissões liberais, concorridíssimas; os bons empregos, disputadíssimos. Quando a miséria econômica chega ao interior do lar, os problemas de relacionamento agravam-se. A crise é mãe dos descontentamentos: *“Na casa onde não há pão, todos falam, todos gritam, mas ninguém tem razão”*.

e- Liberação. Vivemos uma sociedade ética e sexualmente liberal. A mídia apela à liberação da mulher e ao seu direito de satisfação orgástica, difundindo, por outro lado, que casamento é escravidão feminina. Novelas veiculam o “benefício” da infidelidade. Mães solteiras multiplicam-se. Filhos bastardos povoam as ruas. A liberdade transmuda-se em libertinagem. Mulheres e homens converteram-se em forças competitivas, não interativas. Rapazes e moças, criados sob tal modelo cultural, não desejam, e até repudiam, o “jugo matrimonial”, isto é, as responsabilidades de esposo e esposa, de pai e mãe. O pressuposto do divórcio está mais arraigado na mente de nossos jovens que o compromisso de se “entregar” permanentemente ao parceiro ou parceira conjugal, formando com ele “uma só carne”. A indissolubilidade do casamento tem sido cada vez mais rejeitado. Alegam que a “rotina” liquida o prazer. O ser humano necessita de “novidades”, de novas experiências, para sua auto-satisfação e realização pessoal. Por banalidades semelhantes, todos firmadas no egoísmo e no individualismo, trai-se o cônjuge, prejudicam-se os filhos, renegam-se os princípios do amor conjugal permanente, que deve ir da juventude à velhice, passando pelos caminhos irregulares da fartura e da pobreza, da saúde e da doença, da alegria e da tristeza.

f-Multicultura. A cultura doméstica das grandes e consolidadas famílias, formadora de caráter e estabelecadora de tradições familiares fortíssimas, cedeu lugar à cultura social globalizante, massificada, a água comum da qual todos se abeberam. Os lares perderam suas funções de educar, formar, transmitir herança cultural, comunicar a fé cristã, estabelecer padrões éticos. Tudo passou para as escolas, para a sociedade, para a Igreja, para os clubes, para as organizações sociais, e para a mídia. E nossos filhos

Família

plasmam-se nesse cadinho cultural, desorientam-se, rebelam-se contra os pais, prostituem, viciam-se. Os lares, que já não passam de dormitórios, esfacelam-se. A situação é cada vez mais crítica. Há até os que dizem que a família é uma instituição falida. Está falindo. Compete-nos salvá-la.

Os fatores internos e externos relacionados causam todos os conflitos nas relações familiares entre marido e mulher e entre pais e filhos. Somente a fé e o amor podem evitá-los. Aparecendo, podem ser amenizados e até neutralizados.

O convívio harmônico entre marido e mulher e entre pais e filhos está cada vez mais difícil. A família tem de ser repensada para responder aos desafios da sociedade moderna, mas sem menosprezar os parâmetros bíblicos.

CRIAÇÃO DE FILHOS

Fundamentos Educacionais da Família

(Dt 6. 3- 9 e Hb 12. 4- 11)

TAL PAI, TAL FILHO.

A educação e a cultura são passadas de geração a geração. Pais bem formados serão bons formadores de seus filhos. A herança familiar é o patrimônio formador e preservador da sociedade. Os progenitores devem ser protótipos dos descendentes. O antecedente determina o conseqüente. Quando as palavras e as ações se harmonizam, os filhos ouvem e imitam. O ensino verbal dos pais tem poder educador real, se fundamentado no testemunho e por ele comprovado.

A FAMÍLIA DOS TEMPOS BÍBLICOS.

A família dos tempos bíblicos baseava-se nos seguintes fundamentos:

a- **Autoridade paterno-marital.** O pai era o líder, o juiz e o sacerdote da família. Sua autoridade sobre a esposa e os filhos era incontestável. As filhas eram moldadas pela mãe para enquadrar-se na cultura de seu tempo. Com ela aprendiam todas as habilidades culinárias e artesanais de naturezas domésticas. A mulher era uma conquista do marido, mas essa, freqüentemente o conquistava pela sedução, pelo carinho, pelo amor, e até pela força de sua personalidade e pureza de caráter. Foi assim com Sara, Rebeca e Raquel.

b- **Economia coletiva.** A produção de cada membro da família destinava-se ao bem coletivo. Todos viviam cooperativamente. O Pai administrava a renda familiar e, em sua falta, o filho mais velho, o primogênito, responsável em assumir, em caso de morte do ancestral, o pátrio poder. Bipolaridade ou multipolaridade de liderança não havia e muito menos contestação costumeira da autoridade paterna centralizante.

c- **Auto-suficiência.** A família abastecia-se a si mesma de alimento, roupa, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho e remédio. Representava, na verdade, uma empresa doméstica de produção e consumo. Tal sistema dava a cada filho um grau de participação efetiva na economia doméstica. Nenhum deles ficava ocioso, e isso desde a mais tenra idade. O trabalho do menor não era escravo, mas economicamente cooperativo e educacionalmente preparatório. O clã era a sociedade familiar e, ao mesmo tempo, a escola da vida. Aprendia-se produzindo; produzia-se aprendendo.

d- **Religião tribal.** O chefe de família era o sacerdote da casa. Cada família, pois, era uma unidade religiosa. Todos os seus membros, não necessariamente por obrigação, professavam a fé do patriarca, que respondia pela fé de sua tribo. O pai de família, portanto, podia dizer, como o fez Josué: *Eu e a minha casa serviremos ao Senhor*". Nos bons tempos do patriarcalismo judaico não se imaginava um filho transviado.

A autoridade, a economia, a sociologia e a religião centralizadas na figura do chefe do clã facilitavam a criação e a educação tribal dos filhos que, como ramos, jamais se afastavam do tronco; e isso, certamente, por tradição, por educação, por afeição, por vínculos religiosos e por necessidade.

A FAMÍLIA DE NOSSOS PAIS.

A família de nossos antepassados fundamentava-se:

Família

a- **Na autoridade marital e paternal**, embora essa não fosse tão rígida e tão ampla como à do patriarcalismo judaico. Nossos pais, vivendo da terra, tinha seus filhos sempre ao lado. A diuturnidade da convivência viabilizava o processo educativo direto. Por outro lado, sendo a prole geralmente numerosa, permitia a socialização intradoméstica, estabelecendo verdadeiras unidades culturais pela integração harmônica de várias faixas etárias.

b- **Na indissolubilidade do casamento**. A permanência do casal, ressalvadas as exceções, era um fortíssimo fator de equilíbrio psicológico dos filhos e um modelo conjugal almejado tanto por moços como moças. O ninho único da prole única traz mais segurança para as crianças e mais firmeza psíquica para os adultos. A indissolubilidade, pois, além de ser um requisito do lar cristão, segundo a vontade de seu Criador, deve ser um ideal buscado e uma conquista preservada, pois suas bênçãos religiosas e educacionais são imensuráveis. A garantia de permanência da união conjugal trazia segurança para os filhos.

a- **Pai, mantenedor da família**. O pai era o mantenedor da casa. Todo o peso econômico do lar recaía sobre ele, especialmente se fosse empregado. No caso de agricultores, a manutenção compartilhava-se entre o casal, envolvendo os filhos em tarefas agrárias e pastoris. Geralmente a “horta doméstica” ficava a cargo da mulher e das filhas. A esposa, não trabalhando fora de casa, estabelecia-se um maternalismo contínuo alta e profundamente educador da prole e equilibrador da psique de cada filho.

b- **Moralismo parcial**. Havia uma tradição moralista discriminadora: excessivamente tolerante com os filhos, atingindo as raias da permissividade, e intolerante com as filhas, rigidamente controladas e fiscalizadas. Tal comportamento gerava dualidade de educação que podia refletir, e freqüentemente acontecia, na vida conjugal futura dos rapazes liberalizados. Este foi um ponto negativo na ética familiar de nossos pais. A mulher era tão discriminada, social e sexualmente, que, em muito casos, recebia tratamento de escrava por seu marido, mais chefe que esposo. A educação informal no ambiente doméstico, então, ficava prejudicada, especialmente para as meninas.

c- **Disciplina rígida**. A disciplina era extremamente rígida, baseada mais na repressão e no castigo que na educação, embora não se ouvisse falar de espancamentos. Os pais batiam nos filhos, mas os amava extremadamente. Era freqüente ouvir do filho adulto transformado em pai: “agradeço aos meus pais as varadas que tomei”. Na verdade, não existe formação sem disciplina. A educação abre e amplia os horizontes do filho; a disciplina estabelece-lhe os limites do direito e do dever.

d- **Macro família**. Nossa família antepassada, pela sua extensão, conservava a tradição e a cultura familiares: verdadeiro núcleo sociocultural diferenciado dos demais clãs patriarcais. Formava-se, basicamente, de Pais, filhos, avós, netos e até bisnetos. A educação, numa família grande, unida e aconchegada, torna-se extremamente facilitada.

e- **Insipiência**. Vivendo basicamente de uma agropecuária de subsistência, as necessidades científicas e técnicas eram insignificantes em virtude do empirismo agropastoril. A foice, a enxada, o machado e o fogo eram as ferramentas fundamentais. Não se requeria mais do cidadão que o fundamental: ler, escrever, e saber as quatro operações aritméticas. A exigência mínima de aculturação dos filhos exigia menos esforço apoiador e acompanhador dos pais, que muitas vezes se omitiam por falta de esclarecimento ou por incapacidade. Algumas famílias não encaminhavam as meninas à escola de alfabetização. Havia o conceito de que a mulher não precisava estudar. Muitas famílias cometeram esse equívoco, prejudicando as filhas, especialmente as que enfrentaram a transição cultural de sua geração para a geração seguinte.

f- Frugalidade, modéstia e igualdade. Nossos antepassados eram frugais e modestos. Contentavam-se com o que o mundo podia oferecer-lhes; e não era muito: os homens dispunham de instrumentos de trabalho rudimentares; as mulheres lidavam com “fogão a lenha”, “ferro de passar” à brasa, lamparina ou lampião, sabão em barra, poço de lavar roupa com tábua para batê-la. E essas poucas coisas todos as tinham, indiscriminadamente: trabalhadores rurais e donos de terra. Isso aproximava, socialmente, ricos e pobres, especialmente as crianças. Elas brincavam juntas, com os mesmos brinquedos, sem qualquer diferenciação consciente entre o filho do patrão e o do empregado. Essa fator social era profundamente educativo e formador do “ser social” adulto. Hoje, a diferença do rico para o pobre é imensa, e entre um e outro há barreiras intransponíveis de bens físicos, educacionais e culturais. Educar um filho na família antiga era muito mais fácil, porque as exigências eram infinitamente menores.

g- Topocultura. A cultura da família antiga circunscrevia-se ao clã, ao local de residência e, no máximo, a uma região limitada. O raio de ação não ultrapassava a Igreja, a vendinha de secos e molhados, a farmácia ou curandeiro. Não havia a poli ou transcultura de hoje. Portanto, a influência externa sobre os filhos era praticamente nula, culturalmente falando. Dessa maneira, a tradição familiar preservava-se e a disciplina dos filhos era menos complexa. No mundo globalizado como o nosso, manter o ideal e a cultura familiar antiga nos pósteros tornou-se difícil, se não impossível.

NOSSA FAMÍLIA.

A família moderna é arena de conflitos: Marido x mulher; pais x filhos.

Todas as bases e funções da família antiga foram retiradas na família moderna:

a- A agricultura de subsistência. A policultura cedeu lugar à monocultura; a empírica perdeu espaço para a técnica; a doméstica substituiu-se pela industrial; o extrativismo artesanal pessoalizado perdeu para o empresarial. A terra passou a ser tratada como matéria prima da indústria agrária monocultural por natureza. Os antigos lavradores e seus filhos transmudaram-se em operários das agroindústrias. Requer-se hoje, para as atividades agrárias e pastoris, a habilitação técnica não só para o manuseio de máquinas e implementos agrícolas, mas também para a economia rural processada por computador. Este quadro transformou o ensino e modificou a estrutura familiar rural, interferindo acentuadamente na formação e educação dos filhos, que deixam o aconchego do lar para se adestrarem em escolas técnicas especializadas. A família rural, por outro lado, sofre mudanças radicais. Antes, o rádio operava; agora, também a televisão, modificações comportamentais na nova geração pela introdução informativa e deformativa de hábitos e costumes citadinos de abrangência internacional. Os conflitos educacionais e éticos penetraram os lares rurais.

b- Mundo empresarial. Os grupos sociais que controlam tudo são as empresas: o mercado de trabalho, a política, o lazer e a ética. A moral familiar pode ser desrespeitada e desacatada pelo filho, sem que a família tenha qualquer mecanismo para obrigá-lo à obediência. O mesmo não acontece na empresa: suas normas mercantis, empresariais e industriais têm de ser acatadas e respeitadas; e são. Ai do filho rebelde que leva essa rebeldia para dentro da empresa: perde o emprego e fica sem “recomendação” para outro. A força empresarial é tão forte e contundente que até igrejas cristãs estão se transformando em instituições empresariais. A empresa, porém, não educa a pessoa humana para a cidadania, para a moralidade, para a domesticidade e para a religião, mas para ser “objeto passivo” de produção e lucro. A mão do empresário está presente em tudo, inclusive no nosso lar. Fica difícil educar filhos com tantas e poderosas influências externas. O poder econômico controla a sociedade e o Estado.

c- Transferência educacional. A educação formal foi transferida inteiramente para a escola, e a informal é mais exercida pela sociedade multicultural que pela família. O que o mundo informa é mais forte e persuasivo, especialmente para o adolescente, que aquilo que o lar ensina. No conflito, muitas vezes os pais perdem e os filhos se perdem ou renegam os genitores. É doloroso!

d- Transferência religiosa. O ensino religioso, outrora fundamental no lar e complementar na Igreja, agora é exclusivo da docência eclesiástica e complementar, para nossa tristeza, na escola pública. Nem a religião do exemplo é mais eficiente nos lares cristãos: não se lê mais a Bíblia com as crianças e para elas; não se cantam hinos em casa; não se ora, não se faz mais o culto doméstico. A didática direta e pessoal do ensino religioso, essa inexistente nos lares modernos. Como exigir fé e comunhão na Igreja de nossos filhos, se a nossa parte não fazemos mais, ou não podemos fazer?

e- Lar dividido. Os cônjuges são independentes, cada um firmado nos seus direitos individuais, em suas prerrogativas pessoais. O regime de separação de bens implica, do ponto de vista psicológico, de certa maneira, separação de direitos. As contas bancárias separadas, permitindo que cada um movimente seus rendimentos pessoais, fortalecem a independência financeira e abre caminho para a liberdade social. Há casais que estabelecem “responsabilidades” individuais: marido: determinadas despesas; mulher: outras; inclusive dividem gastos com os filhos, que se vêm rifados: Sapatos, de um, camisa, de outro. Esse tipo de sociedade conjugal imposto pela situação não deixa de causar conflitos conjugais, expondo os filhos às disputas de deveres e direitos. Se os rendimentos da esposa são muito superiores ao do esposo, o peso da manutenção do lar recai mais fortemente sobre ela; mas isso, de certa forma, humilha o marido que, nem se quer é capaz de compartilhamento nivelado com sua consorte. Tal situação também, na maioria dos casos, é conflituosa. E os filhos? Esses ficam como a ostra entre a pedra e a maré.

f- Bipolarização de autoridade. No lar antigo, toda autoridade repousava sobre o chefe da casa. Qualquer problema maior, a mãe dizia ao filho: *Vou contar ao seu pai*. Qualquer pedido, ela o transferia, dizendo: *Peça ao seu pai*. Só isto bastava para por termo à indisciplina e acalmar o “requerente”. Hoje, o quadro mais que se iguala, inverte-se. É o pai que, a um pedido do filho ou filha, responde: *Fale à sua mãe*. Tal dualidade tem fragilizado a autoridade de ambos perante a prole, e possibilitado a “chantagem”, arte que a criança e o adolescente executam com habilidade, gerando desentendimentos conjugais. A bipolaridade autoritativa, que em princípio é boa, tem sido, em muitos casos e situações, prejudicial. Entre dois que não “andam juntos” não pode haver entendimento. Não se entendendo, o exemplo educativo conturba-se ou desaparece. E isso tem acontecido com alguns casais.

g- Liberalismo moral. Outro fator deseducador é a permissividade moral externa e interna. O cantor Nei Mato Grosso expressa bem o tipo de moralidade social externa: *“Não há mais pecado sobre a Linha do Equador”*. Tudo é permitido. E há famílias, até evangélicas, que admitem no recesso de seu lar a permissividade, eliminando da consciência dos filhos o conceito de culpa e de pecado. Como coadunar a ética bíblica com a permissiva? Impossível. Então, a educação religiosa dos filhos inviabiliza-se, especialmente pelo fato de o fator externo ser reforçado, no caso, pelo interno. Se a cultura social é corruptora e depravante, a doméstica tem de ser muito sólida para descompensar a influência externa. A liberação sexual exacerbou-se, caindo na mídia. O sexo virou mercadoria de consumo: primeiro, com o nudismo feminino; agora, também com o masculino. O apelo à libido está presente em tudo: nos comerciais, nas novelas, nos programas de televisão, na Internet, nas músicas populares. Por outro lado, vivemos a

filosofia da auto-satisfação, jamais a satisfação de Deus e do próximo. A ordem é: *Satisfaça-se, e será feliz*. Num mundo desse tipo, criar e educar filhos fica cada vez mais difícil.

h- Disciplina. Quanto mais civilizada a sociedade, mais necessidade de princípios éticos, morais, higiênicos, religiosos e sociais. Os índios “menos civilizados”, aqueles sem qualquer influência da cultura branca, criam os filhos praticamente sem limites: não lhes impõe hábitos como: escovar dentes, defecar no vaso, comer de boca fechado, não falar de boca cheia, tomar refeições nas horários certos, deitar-se na hora determinada, levantar-se no momento previsto, trocar-se, ir para escola, comportar-se bem em classe, fazer deveres escolares, estudar as matérias, não riscar paredes e móveis.... Então, os pais índios não precisam “obrigar” o filho a fazer tais coisas, sofrendo deles natural resistência. Em ordem decrescente: o indiozinho, o menino de rua, o menino de favela, respectivamente, têm menos limites que o de condomínio de luxo. Quanto maior o grau social, mais fina a educação; quando mais fina a educação, mais imposição de limites, mais necessidade de disciplina. Resumindo: o civilizado é mais disciplinado que o não civilizado. O contraditório está em que: nossa cultura avança civilizadamente e, portanto, as necessidades de limites aumentam, mas aumentam também as dificuldades de aplicá-las por causa dos fatores contingenciais enumerados acima.

Toda criança resiste aos limites civilizadores. É com negativas que as recebem, e com dificuldades que as impomos. E isso desde os primeiros momentos de vida, quando a mãe tem de disciplinar-lhe as horas de amamentação, a não ser que esteja disposta a ouvir choro a noite toda, e ter o desprazer de vê-la dormir o dia inteiro. Estabelecer limites é difícil e requer muita habilidade e persistência.

Bater ou não bater. A imposição de limites não se faz sem resistência e sem constantes desobediências. O que fazer, quando a criança teima em não cumprir determinação materna ou paterna? As soluções propostas têm sido:

Dizer não. O “não”, quando acompanhado do “porquê”, pode ser eficiente, mas para crianças acima de três anos. Abaixo dessa idade, o filho não o compreende. Sua mente ainda não é abstrativa, não possui estrutura lógica, não distingue o “certo” do “errado”. O mundo para ela é sempre concreto, jamais abstrato ou ideológico. É a idade da “mão peralta” e da “imitação física”: mexe em tudo, derruba tudo. O mais prudente é a mãe não deixar nada ao seu alcance. Por exemplo: um vaso de porcelana acessível a ela. Ela leva a mãozinha para pegá-lo. A mãe, brava ou mansa, diz “não”. Ela tenta novamente; recebe outro “não”. Na terceira vez a mãe, nervosa, dá-lhe uma tapa na mãozinha, zangando: “já não lhe disse que não?”. A criança chora, e não mexe mais, não por ter compreendido o “porquê”, mas porque apanhou. É o aprendizado por “ato reflexo”, mais usado para adestramento irracional, instintivo, que para aprendizado consciente. A mãe, vitoriosa, diz: Agora, toda vez que digo “não”, meu filho obedece. Ele “obedece” por medo, não porque compreende a razão do “não” repressor. Sendo a “idade da imitação física”, o tal “não” é sempre traumatizante, podendo ter conseqüências psicológicas sérias na vida adulta. Ele “apanhou” para aprender o “não” condicionado, mas presencia a mãe “pegando” o mesmo vaso, removendo-o de local. Então, sua mente imitativa questiona: Por que ninguém lhe disse “não”? Por que ninguém bateu na mão dela?. Não diga “não” a um inocente, a um inconsciente. Diga-o ao seu filho, quando puder compreendê-lo. Sempre que a mãe diz “não”, o filho pergunta: Por que? Há mães que respondem: “Não, porque não.” Outras: “Não, não e não.” Não façam isso. Tenham a paciência de explicar ao filho a razão de seu “não”.

Além do “não” simples, determinativo: “não mexa”; há o “não volitivo”: “não quero”; e o “não negativo”: “não pode”. Em qualquer caso, o “não” deve ser acompanhado de “porquê”, sem o qual perde o sentido didático.

Negociar. Com a criança até três anos não se negocia. Ela não é capaz de “negociar”. Acima dessa idade, em alguns casos, poucos e leves, cabe “negócio”; em outros, não. Por exemplo, que negócio você faria com seu filho se o pegasse em ato de pederastia passiva com o filho do vizinho? se descobrisse que ele tem a mania de furtar? se o apanhasse usando drogas? se ele fosse pego riscando automóveis no estacionamento? São faltas graves, que merecem repressão severa. “Negócio”, nos casos imaginados, deixa ao “menino rebelde” a sensação de que a falta cometida não é tão grave.

Castigar. O castigo, quando bem aplicado, sempre na proporção da falta, pode ser eficaz. Não se aplicar castigo desumano como: deixar sem comida, sem roupa em ambiente frio, em lugar escuro e insalubre; colocar ajoelhado na areia, em grãos de milho; amarrar pelos pés ou pelas mãos. Os melhores castigos, os que mais “doem”, são: Cortar a mesada, desligar a televisão, impedir o video game, proibir a saída, suspender o cinema, o clube, os esportes. Qualquer castigo, porém, deve ser suspenso depois de longo diálogo, de acordo de fidelidade e de obediência. Cumpra pais conscientizar o filho de que tudo fazem para o seu bem e por amor a ele. O castigo deve ser encerrado com oração entre mãe, ou pai, e filho ou filha.

Bater. Bater, sim; espancar, não. Um paladinhas no “teimoso” fazem bem. O mal não está no bater em si, mas no bater com raiva, irado, descarregando no filho a ira, mesmo que momentânea. No acesso de ira, não bata, pois isso é vingança, não disciplina. Se seu filho mereceu apanhar, deixe passar a raiva; depois explique-lhe porque vai receber a correção pelo erro que cometeu; então, aplique-lhe umas “boas palmadas”, mas bata disciplinarmente, corretivamente; não descarregue o peso de sua mão de adulto num corpo frágil e indefeso de uma criança: isso é covardia, não disciplina. A vara ajuda disciplinar, educar, estabelecer limites, quando aplicada com brandura e por aquele que realmente o faz para o bem do faltoso, jamais por ódio. Todos os pais precisam saber que os filhos os “testam”, especialmente para verificarem se são capazes de “sustentar” a palavra e “manter” a autoridade.

Pais e filhos têm de conversar, e conversar muito. Sem diálogo não pode haver entendimento; sem convívio não haverá identificação nem interação.

IDADES PROBLEMÁTICAS.

As faixas etárias mais delicadas são de 7 a 12 anos e de 12 a 18.

Meninos de sete a doze anos. Nessa idade, os meninos são “briguentos”. É o período do “machismo”, do “eu sou é homem”. Eu, nessa idade, traçava um risco no chão de terra, e desafiava o competidor: “Se você é homem, pisa em cima”. Se ele pisasse, o pau comia. É a era das disputas físicas para se ver quem é o mais forte, o mais homem. As brigas, no entanto, não são motivadas por inimizades reais, não geram rancor, nem criam sentimento de vingança. Pouco depois do “confronto”, até violento, os briguentos voltam à paz como se nada tivesse acontecido. Se os pais de ambos se intrometem, ficam de mal, e os “contendores”, de bem.

Os meninos, de modo geral, não têm atração pelas meninas. Entre si, formam grupos, andam juntos, e podem praticar, o que não é raro, pederastia dupla ou até múltipla. A homossexualidade, geralmente, começa aflorar nesse estágio da vida. É comum ouvir da meninada: *Aquele é fruta*. Uma das brincadeiras características é a de “baixar as calças uns dos outros” para que o bumbum apareça. Toda a atenção dos pais é pouca quanto ao aspecto homossexual; mas, e principalmente, porque esse período de transição psíquica

pode possibilitar a fixação agressiva, formando um adulto violento, tipo que se entende capaz de resolver tudo pela força física, pela superação corporal prepotente.

Meninas de sete a doze anos. As meninas de sete a doze anos atraem-se mutuamente, começam a desenvolver o instinto maternal, apegam-se à boneca(à boneca, preferencialmente). A tendência tropofêmica da menina, necessária nessa idade, quando realmente a feminilidade começa despontar no consciente, pode transformar-se em preferência homossexual inconsciente com possibilidade de fixação. A mãe deve aconchegar sua filha, amá-la, brincar com ela, admirar a “sua nenê”, a boneca que, para a menina, é coisa séria: filha de fato. O sentimento de abandono ou menosprezo fere muito os meninos e meninas dessa idade. Nessa faixa etária as crianças mais apanham dos pais em virtude das artes e peraltices. Cuidado, pais! vocês podem estar destruindo seus filhos. Sejam amigos deles.

Adolescentes. Todos sabemos que a adolescência é a faixa etária da puberdade, da localização do sexo nas genitálias, da definição da feminilidade e da masculinidade. Esse período traz, quase sistematicamente, os seguintes sintomas psíquicos: Mudança de fala e de comportamento; preguiça; instabilidade emocional(ora, afáveis; ora, agressivos); aproximação do sexo oposto; carga hormonal, provocando aparecimento de espinhas; formação de grupo seletivo; paixão violenta, mas passageira; escolha do ídolo; baixo rendimento escolar em muitos casos. É a época mais fácil para o viciamento e para a prostituição; especialmente com o modismo do “ficar com” ou “estar com”. Mãe, converse com sua filha de mulher para mulher de maneira franca, transparente, aberta, sincera. Permita que ela lhe seja confidente sincera. Pai, faça o mesmo com seu filho; conquiste-o, antes que um traficante de drogas o faça.

QUEM É O EDUCANDO?

a- Uma carga hereditária – herança genética. Trazemos a herança genética de nossos pais e de seus antepassados, que interfere no nosso estado emocional, na nossa estrutura biopsíquica.

b- Um complexo individual: características pessoais. Cada ser humano é uma pessoa distinta, com suas características individuais.

c- Um ser social. Apesar da individualidade, é uma pessoa entre outras, ligada a outras, dependente de outras: uma verdadeira ilha num arquipélago humano. O enclausuramento destrói o homem. Permita que seu filho tenha amigos, enturme-se, socialize-se, integre-se na sociedade de seu tempo.

d- Um elo entre duas culturas: paterna e materna. Cada filho é a soma de duas heranças familiares, criado numa família distinta, com características próprias.

e- Um fruto do meio ambiente- cultura circundante. O meio sociocultural exerce influência decisiva na formação de nossos filhos.

f- Um ser religioso, filho de Deus. Integrá-lo na comunidade religiosa é uma necessidade espiritual, cultural e social. Além do mais, a família tem de respirar a fé em Jesus Cristo e viver as Escrituras Sagradas.

COMEÇO E CONTINUIDADE DA EDUCAÇÃO.

a- Começa no casamento: união de duas famílias boas, de dois indivíduos bons.

b- Continua no ventre materno, concebido com amor e gerado com carinho e afeto. A mãe transmite ao filho em gestação a paz, a segurança e a tranquilidade que experimenta. O amor materno é sentido pelo bebê intra-uterino.

c- Prossegue na fase de absoluta dependência: na terapia do colo, no aleitamento materno, no aconchego junto ao peito, nas carícias da mãe materna, nos cânticos de ninar.

Família

- c- Segue na fase de autodescoberta e descoberta do mundo exterior.
- d- Da prosseguimento no período da independentização: soltar a mão da mãe e ser notado(aparecer). É a fase lúdica por excelência.
- e- Aprofunda-se na fase das disputas(meninos); e bonecas(meninas). Fase da escola obrigatória.
- f- Chega ao clímax na adolescência: fase das mudanças radicais, da preguiça e da teimosia. A responsabilidade educacional direta da família praticamente cessa no fim da adolescência, aos dezoito anos.
- g- Completa-se na fase jovem. A educação formativa, ou bem ou mal, terminou; continua, porém, a informativa ou acadêmica.

PARA QUE EDUCAR?

- a- Para a família: formar pais e mães de família, que mantenham a cultura familiar e a fidelidade conjugal; sejam capazes de criar e educar seus filhos.
- b- Para a cidadania: formar cidadãos dignos e honrados.
- c- Para a sociedade logológica e mercantil: formar profissionais eficientes e honestos.
- d- Para o reino de Deus: formar cristãos autênticos, que sejam membros fiéis do Corpo de Cristo e testemunhas do Evangelho no mundo.

Obs.: Matéria de aula na Escola Dominical da I. Pres. Filadélfia, em 14 de maio de 2.000.